



SERIA PALMAS UMA CIDADE CRIADA PARA DESORGANIZAR A ELITE AGRÁRIA?

AURAIT CREE UN PALMAS VILLE DE PERTURBER ELITE RURALE?

Thaysslorranny Batista Reinaldo

Licenciada em Geografia pela UFT / Araguaína

thaysslorranny@hotmail.com

Adriana Lima da Silva

Graduanda em Geografia pela UFT / Araguaína

adrianalimasilva@hotmail.com

Eliseu Pereira de Brito

Professor no Curso de Geografia da UFT

eliseubrito@uft.edu.br

Resumo

Esta pesquisa tem por objetivo analisar a criação da capital do Tocantins, Palmas, levando em consideração interesses políticos que estiveram presentes na busca pelo desmembramento do Norte Goiano. Tais lutas estiveram orientadas pelas elites agrárias que se estabeleceram na região e que criaram o Estado do Tocantins. Para nortear esta pesquisa utilizamos como metodologia Andrade (2001), Brito (2009), Carlos (2004), Cavalcante (2003) e Parente (2002), estruturando o trabalho sobre uma análise histórico/geográfica do território. A coleta de dados foi realizada por trabalho de campo realizado no Estado do Tocantins. Fazendo um recorte temporal, podemos dizer que a Rodovia Belém-Brasília foi uma artéria aberta para a ocupação da Região do Norte Goiano, bem como um fator de consolidação das elites agrárias, que passaram a lutar pela divisão do Estado do Tocantins. Nesta perspectiva, buscamos analisar questões pertinentes à construção de Palmas e à luta política da elite agrária tocantinense.

Palavras-chave: Elite Agrária, Território

Résumé

This recherche a pour objectif de création de la capitale du Tocantins, Palmas, après conjointement dénommées des intérêts Politiques jeu. étaient DANS LA recherche en divisant cadeaux du Nord Goiano. Les combats were par l'élite Guides Qui se

SONT DANS installés Foncière la région et l'Etat de Tocantins le cri. Verser la Guider Méthodologie de recherche Utilisée Comme Andrade (2001), Brito (2009), Carlos (2004), Cavalcanti (2003) et Parente (2002), les travaux préparatoires de la construction historique sur un / Territoire géographique. La Collecte des données un Été Sur le terrain Réalisée DANS L'Etat de Tocantins. Faire Un Temps Significatif, Nous pouvons dire that the itinéraire Belém-Brasília une artère ouverte Été juin à l'occupation du nord de Goiás, plus un été also Le Facteur de consolidation des élites agricoles jeu. are venus battre si for the division de l'Etat de Tocantins. Portals Nous analysons les questions lès relatives à la Construction et La Lutte des Palmas de l'élite terrienne Politique Tocantins.

Mots-clés: Elite Rurale, Territoire

Introdução

É de suma importância neste primeiro momento entender o processo do desmembramento do Norte Goiano e a criação do Estado do Tocantins. Uma forma de entender o processo é fazer uma análise crítica sobre os interesses políticos e econômicos que estavam por traz deste processo.

Vale destacar que a criação do Tocantins decorreu de vários interesses, inclusive políticos e econômicos. O Norte Goiano sempre foi alvo de interesses, principalmente pela presença de minério, como o ouro. Minério esse que foi exportado para muitos países e para outras regiões do Brasil. A construção da BR-153 foi de importância capital para o povoamento da região, pois às suas margens surgiram várias cidades tocantinenses, tais como Araguaína, Gurupi, Miracema, entre outras.

A luta pela criação do Estado do Tocantins foi palco de vários debates e reivindicações por parte da Casa do Estudante no Norte Goiano (CENOG), da Comissão de Estudo dos Problemas do Norte (CONORTE) e da União Democrática Ruralista (UDR). Esta última utilizou discursos que afirmavam ser o povo do Norte sofrido e isolado do restante do país. Porém, a realidade era outra, totalmente diferente e, assim, aprovaram a criação do Estado do Tocantins para aumentar a bancada ruralista no Congresso Nacional, onde a União Democrática Ruralista (UDR) teve forte influência para a aprovação da criação desse mais novo estado da Federação Brasileira. Por seu turno, a cidade de Palmas foi criada a partir da necessidade da instalação do sistema administrativo do Estado.

Palmas foi construída sob “alegação” de que o Estado necessitaria de uma nova cidade como sua capital. No entanto, três cidades poderiam atender a tal necessidade, Araguaína,

Gurupi e Porto Nacional. No entanto, em vez disso, criou-se uma cidade, isso devido a interesses políticos e econômicos, interesses esses que sempre estiveram presentes na luta pelo desmembramento do Norte Goiano e criação do Tocantins.

A construção da cidade de Palmas, cidade moderna e planejada, despertou um olhar imaginário dos seus idealizadores para um projeto organizador da região Tocantínia. A geopolítica do Estado do Tocantins, acrescida de especulação econômica de interesses diversos, resultou na criação de Palmas.

“Isolamento”: As tramas e discurso na criação do Estado do Tocantins

Falar sobre o Estado do Tocantins requer alguns questionamentos sobre o movimento separatista do Norte Goiano. Analisando como esse processo ocorreu, e principalmente discutindo os interesses políticos e econômicos que sempre estiveram presentes, notamos que esses foram fatores fundamentais para que houvesse tal desmembramento.

Desde o início da criação do Estado do Tocantins houve estratégias geopolíticas por parte do governo para criar esse novo Estado brasileiro. Muitos representantes políticos lutaram em prol do desmembramento do Norte Goiano. No entanto, é importante observar e analisar como esse processo ocorreu e quem são seus principais beneficiados com essa separação.

Nesse contexto, Andrade (2001) afirma:

A geopolítica é um saber engajado, comprometido com o pensamento e com objetivos políticos; embora analisando o Estado como produtor de um espaço, ela não tem um rigoroso critério científico (ANDRADE, 2001. p. 9).

Segundo Becker (2004), a geopolítica sempre se caracterizou pela presença de pressões de vários tipos, como intervenções no cenário internacional, que vão desde as mais brandas até as guerras mesmo e conquistas de territórios. Inicialmente, essas ações tinham como sujeito fundamental o Estado, pois esse era entendido como a única e principal fonte de poder, ou seja, a única representação da política, do que resulta as disputas serem analisadas

somente entre os Estados. No entanto, atualmente, essa geopolítica atua por meio do poder de influir na tomada de decisão dos Estados sobre o uso do território.

Para Becker (2006);

O discurso da geopolítica é o espaço que se atribui o poder, particularmente ao meio físico. O desejo de modificar o mapa político mundial para controle de recursos e posições segundo a geografia concreta dos lugares se manifesta desde a antiguidade, gerando a tradição do “direito natural”, isto é, a interpretação de certas condições naturais vantajosas como inerentes a ordem da natureza e esta, como constituindo a prefiguração da ordem política. (BECKER, 2006. p. 275)

No contexto da geopolítica, observa-se que a região a qual se localizava ao norte de Goiás (Norte Goiano), que hoje é o atual Estado do Tocantins, sempre foi cobiçada, especialmente em função de seus recursos naturais e minerais como, por exemplo, o ouro, que era muito presente na região. Devido à extração do ouro, surgiram várias vilas, que eram denominadas de “arraiais do ouro”. Um desses arraiais se tornou a primeira cidade do Estado do Tocantins, chamada de Natividade. Em suas minas, cerca de 40 mil escravos trabalhavam em condições insalubres.

Silva (1996) coloca que as minas do Tocantins inicialmente foram administradas pelo governo do Maranhão, que mandava seus funcionários para Pontal (ponto de embarque e desembarque do Rio Tocantins), Carmo e Natividade. No entanto, os mineradores paulistas discordavam dessa interferência do governo maranhense e acionaram o reino lusitano. Logo após o Conselho Ultramarino mandar instruções da Coroa para expulsar as autoridades do Maranhão, proibiu a navegação, a instalação de fazendas para o cultivo de lavoura ou criação de gado nas margens do rio Araguaia e Tocantins, bem como a abertura de caminhos para as minas de ouro, objetivado, assim, reduzir o contrabando de ouro em pó. Este ouro era transportado em meio à floresta, onde os trabalhadores poderiam sofrer ataques indígenas e de animais ferozes presente na região, colocando, pois, suas próprias vidas em risco.

Segundo Silva (1996), durante muitos anos o ouro encontrado no Norte Goiano enriqueceu burocratas de Vila Boa, São Paulo, Lisboa e Londres. Os arraiais e a mineração tiveram importante influência na formação étnica e territorial do Estado do Tocantins, pois muitas pessoas migravam do seu lugar de origem para trabalhar nas minas, propiciando, desse modo, uma composição étnica na qual compareciam índios, brancos e negros, que colonizavam toda região. Devido ao grande número de mineradores na região do Tocantins,

os “paulistas” foram perdendo seu poder de voto na reunião do Conselho Ultramarino, espaço em que, no dia 08 de novembro de 1744, o reino lusitano criou a Capitania de Goiás. A sede do governo era em Vila Boa, “onde o governador, o ouvidor, o provedor-mor e outras autoridades usavam e abusavam de direitos reais que, na observação de Saint-Hilaire, ‘até a chegada da família real gozavam de um poder quase ilimitado’”. (SILVA, 1996, p. 43).

Quando a Capitania de Goiás entrou em crise, isso em decorrência dos fracassos nos garimpos, viu-se então na agricultura e na pecuária a possibilidade de se reerguer e retomar o fluxo comercial de antes. O principal canal que ligava o Norte Goiano a outras regiões era a navegação fluvial, viabilizada pelos rios Tocantins e Araguaia, pelos quais se chegava até aos portos marítimos do Pará. De acordo com Parente (2002):

[...] Teotônio Segurado e [...] Francisco Rodrigues apontam o desenvolvimento da agropecuária como solução para tirar a capitania de Goiás do estado letárgico em que se encontrava e mencionam que essa produção poderia ser escoada através da navegação fluvial pelos rios que atravessavam, de sul a norte, toda a região (PARENTE, 2002, p. 178).

A única forma de ligação que se tinha no então Norte Goiano era pelos rios Araguaia e Tocantins, nos quais a navegação era o único meio que propiciava o escoamento da produção. Por esse motivo, objetivando ligar todo Norte ao restante do País, abrem-se estradas que percorrem toda região, e a mais conhecida é a BR-153, rodovia Transbrasiliana, que vai de Norte a Sul, ligando todo o País.

Segundo Brito (2009):

Ao tratar sobre a Belém-Brasília, remete-se à questão da Política de Integração Nacional. Ligou-se a capital federal, Brasília à Belém (PA) no norte do país, cortando áreas isoladas que se comunicavam apenas por meio da navegação dos rios Araguaia e Tocantins. A dificuldade de escoar a produção e o ônus que se tinha com os desvios das cachoeiras, desestimulava em proporções a dinâmica econômica regional. (BRITO, 2009, p.76).

Observa-se que a construção da BR-153 propiciou e influenciou diretamente o povoamento da região Norte, dado o atrativo que o empreendimento representou para muitas pessoas, que migraram para a região para trabalhar na construção da BR-153 e em busca de

uma vida melhor. Tal construção contribuiu para o surgimento de várias cidades às suas margens, tais como Araguaína, Colinas, Guaraí, Miranorte e Paraíso, todas no Tocantins, dentre outras. Segundo Brito (2009), a construção da rodovia Belém-Brasília (BR 153, BR 010 e BR 226) representou para a região a mais importante infraestrutura regional do século XX, pois influenciou e contribuiu diretamente na luta pela separação do Norte Goiano.

Gomes (2005) ressalta a importância da rodovia BR-153 para o Tocantins ao afirmar que se essa não tivesse sido construída, [...] “o Estado não passaria, hoje, de um imenso território mesopotâmico, situado em sua maior parte entre os rios Araguaia e Tocantins, isolado do sul do país e sem saída para o norte, a não ser por água, como antigamente” (GOMES *apud* BRITO, 2009. p. 76). Para Souza (2002),

A Belém-Brasília ainda se constitui na principal artéria do desenvolvimento de Goiás, por onde circula grande parte de sua riqueza. Até então, a maioria dessas cidades nortenses eram lugarejos estagnados em função do isolamento em que se encontravam e sem grandes perspectivas de crescimento, uma vez que o governo do Estado não possuía condições financeiras para efetuar o investimento de tamanha envergadura. (SOUZA, 2002. p. 368-369).

De acordo com Cavalcante (2003), em 1949 foi elaborado o projeto de criação do Estado do Tocantins, que abrangeria o Norte de Goiás e a parte meridional do Maranhão, com um discurso de que esse desmembramento viabilizaria o desenvolvimento socioeconômico da região. Nas palavras do autor:

A proposta de desmembrar o Norte de Goiás para instituir o Território do Tocantins sustentava-se na situação de desamparo em que se encontrava ‘tão vasta e rica região’, além da sua enorme distância em relação ao centro administrativo do Estado, impossibilitando-lhe uma assistência administrativa direta e contribuindo para a demora na solução dos seus problemas. O caminho mais viável para superar os efeitos prejudiciais causados pelo ‘desamparo administrativo’ seria a conquista da autonomia política - que só se concretizaria com a criação do Território. (CAVALCANTE, 2003. p.73).

Ainda segundo Cavalcante (2003, p. 73-74), neste mesmo ano foi formado, em Pedro Afonso, um comitê de propaganda pró-Criação do Estado do Tocantins, basicamente apoiado pelas lideranças e pelos representantes políticos dessa cidade. No entanto, essa ideia se

enfraqueceu devido às lideranças políticas não terem cumprido as promessas que fizeram à população como, por exemplo, as construções de escolas, hospitais e a propiciação de transportes na região. Em 1949, o projeto permanecia sem aprovação, e isso se devia ao fato de a assembleia legislativa rejeitar a representação da Comissão Pró-Territorial do Tocantins, do que resultou, logo após, em o projeto ser arquivado pela Comissão de Constituição e Justiça da Administração Federal.

Porto Nacional apresentou foco de resistência em relação à divisão de Goiás e à criação do Estado do Tocantins, alegando que essa divisão não traria benefícios a esse novo Estado, pois esse continuaria isolado da mesma forma, levando em consideração que se localiza muito longe dos centros industriais. Segundo Santos (2002, p.89), a Casa do Estudante no Norte Goiano (CENOG) teve uma importante participação no processo político de separação do sul de Goiás com o norte, atual Estado do Tocantins, por tratar-se de um movimento estudantil expressivo na colocação das reivindicações dos estudantes e, no referido processo, deu ênfase nos problemas socioeconômicos que afligiam a população do antigo Norte Goiano.

De acordo com o professor, Silva:

A CENOG era um lugar de encontros de jovens e ao mesmo tempo um lugar de encontros de propostas, onde se tentava elaborar um projeto alternativo. E todo projeto alternativo contraria os interesses emergentes. (SILVA, 1996, p.170).

Durante sua existência, a CENOG conseguiu atender a inúmeras reivindicações junto ao poder público estadual e federal, fazendo um trabalho paralelo aos parlamentares. Esse apoio fez surgir vários representantes e políticos da região, que se fizeram presentes na luta pela independência do Norte Goiano através da CONORTE e do Comitê Pró-Criação do Estado do Tocantins.

A CONORTE teve a denominação de “Comissão de Estudo dos Problemas do Norte”, pelo fato de haver vários trabalhos realizados e pela participação em vários eventos em que lutavam pela independência do Estado do Tocantins como, por exemplo: I Congresso de Estudos dos Problemas do Norte Goiano (23 de abril de 1982); I Manifesto do Tocantins (13 de maio de 1982). Outro trabalho histórico da CONORTE foi a visita que a diretoria fez a todos os 527 constituintes, para lhes pedir apoio na aprovação da emenda de criação do Estado do Tocantins na nova Constituição Federal de 1988.

Durante a assembléia constituinte, ocorrida em Brasília, no dia 01 de setembro de 1988, houve seis propostas para criação de novos estados, tais como: Estado do Juruá, Estado do Tapajós, Estado do Tocantins, Estado do Maranhão do Sul e Estado de Santa Cruz. Os territórios de Roraima e Amapá iriam se tornar Estados e o território de Fernando de Noronha passaria a pertencer a Pernambuco. Dentre essas, a única proposta aprovada foi a de criação do Estado do Tocantins e a transformação dos territórios de Amapá, Rondônia e Roraima em Estados.

Logo após a assembléia constituinte, na qual foi aprovada a criação do Estado do Tocantins, o deputado Siqueira Campos afirmou;

O dia de hoje, 01 de setembro de 1988, fica inserido na história do Estado do Tocantins, como uma de suas datas mais significativas, mais importantes. Eis que, com a finalização do processo de votação do 2º turno, consolidou-se, no Projeto de Constituição, a autonomia pela qual o povo tocantinense luta a 179 anos. Graças ao bom Deus e aos meus eminentes colegas da constituinte, nós conseguimos! (BARBOSA, 199, p.85).

Para ser aprovada a criação do Estado do Tocantins, o discurso motivador era no sentido de que o povo do Norte Goiano era desprovido de recursos, pobre, atrasado e isolado do “progresso”. Segundo Barbosa (1999), o primeiro passo para se criar o Estado do Tocantins consistiu em dividir e dar outra denominação para as pessoas que moravam no Norte Goiano, que passariam a se chamar nortistas, e as do sul, de goianos. No entanto, percebeu-se que essas denominações eram, de certa forma, “preconceituosas”, pois as pessoas que residiam no sul não se chamariam de sulistas, mas de goianos. Já os moradores do Norte Goiano seriam chamados de nortistas. Por esta razão:

O primeiro passo para divisão do Estado de Goiás consiste na transformação da população do Norte de Goiás em povo nortense, atributo que deveria caracterizar uma diferença de população. Entre a do norte e a do sul de Goiás. O nortense a uma categoria inferiorizada abandonada, ao passo que a população do sul receberia uma única designação a de goiana. (BARBOSA, 1999. p. 82).

No entanto, a realidade foi totalmente diferente. Aprovaram a criação do Estado do Tocantins para aumentar a bancada ruralista no Congresso Nacional, onde a UDR -União Democrática Ruralista - teve forte influência para a aprovação da criação desse novo Estado

da Federação Brasileira, que constitui-se no 24º Estado criado. Com a aprovação do Estado do Tocantins, a UDR pôde aumentar a sua representatividade e ter mais poder de voto junto ao Congresso Nacional e, por isso, criaram muitos municípios tocantinenses, mesmo que esses não dispunham de uma boa infraestrutura e de forte poder aquisitivo.

Movimento e discurso na criação da Capital Palmas

Com a criação do Estado do Tocantins, em 1988, houve uma preocupação quanto a onde seria a capital desse Estado? Nesse contexto, três cidades tinham possibilidades para tanto, sendo elas: Araguaína, com 85% de probabilidade, Gurupi, com 10%, e Porto Nacional, com 5%. Uma outra possibilidade de criação da capital foi aventada quando o deputado Federal José Wilson Siqueira Campos, em janeiro de 1989, sobrevoou a região do Mangues, povoado Canela, e percebeu que seria possível que aquela região também se tornasse a mais nova capital do mais novo Estado. No entanto, nenhuma das cidades mencionadas e nem a área que foi sobrevoada tornou-se a Capital. Planejou-se, então, uma nova cidade, que seria impulsora do desenvolvimento para todo o Estado e articuladora de atividades dos vários espaços urbanos e rurais, localizada a leste do rio Tocantins, que veio a ser Palmas.

Afirma Brito (2009):

A construção de Palmas na porção leste do rio Tocantins não foi aleatória, obedeceu a certos interesses políticos e forma de desenvolver o Estado a partir de sua capital. No dia 29 de janeiro ficou definida a área entre o rio Tocantins e a serra do Lajeado para a construção da nova capital, sendo aprovada em plenária na Assembléia Constituinte em fevereiro de 1989, e publicado no Diário Oficial em 16 de maio de 1989, através do decreto nº 006 de 09 de fevereiro de 1989. (BRITO, 2009, p. 87).

Brito (2009) ainda afirma que;

Construir a capital nas margens do rio Tocantins foi mais do que uma estratégia de desenvolvimento da antiga região leste do Tocantins – Polígono do Ouro, foi também costurar relações de dominação do território por meio da consolidação de uma rede urbana, pela eficiência de serviços especializados e, concomitantemente estender sua dominação pela banda oeste por meio da prestação de serviços, e também, pela eficiência de um transporte multimodal. (BRITO, 2009, p. 86).

Para os dirigentes que compunham o grupo de organizadores dessa nova cidade, a cidade planejada de Palmas deveria ser localizada geograficamente no centro do Estado, para impulsionar o desenvolvimento igualitário do mesmo. Assim, a atual Capital ocupa a porção mais central do Estado, situando-se a 973 km ao norte da Capital do país, Brasília.

Sobre esse aspecto, e em relação à oposição que se posicionava contra a criação dessa nova cidade -Palmas -, Siqueira Campos comentou:

Meus adversários políticos são adversários do Tocantins. Não temos nenhuma cidade com infraestrutura para sediar uma capital. Você percebe as dificuldades que temos com Miracema. Sei que todas as cidades querem sediar a Capital e isso é muito positivo porque demonstra nosso animo e nosso desejo de desenvolvimento, mas a nova cidade está planejada como uma das alavancas para o desenvolvimento do Estado. Ela está situada no Ponto mais central do nosso território. (ACAMPORA, 2004, p. 169).

Para se criar a capital do Tocantins, Palmas, o município de Taquaruçu teve que abrir mão de sua municipalidade, para somar-se à câmara e à prefeitura de Palmas, para as quais todo seu corpo parlamentar foi transferido e, além disso, foi alojado no centro. Taquaruçu, assim, tornou-se distrito de Palmas, e algo que era para ser provisório se estende até os dias atuais.

Consequentemente houve uma modificação sócioespacial em Palmas, intensificando os problemas de exclusão social, uma vez que as pessoas com uma condição financeira menor tiveram que ir morar nas áreas periféricas da cidade, pois o centro tinha ficado restrito à “elite”, constituída por aqueles que dispunham de um poder econômico maior. É mister levar em consideração que é no centro que se localiza os principais meios de serviços como bancos, comércio, supermercados e shoppings, entre outros. Para Brito, o “centro é por excelência o local de reprodução do capital. É o ponto onde a venda/ compra/ troca de mercadorias, serviço e espaço se realizam com maior frequência [...]” (BRITO, 2009, p. 4).

Ainda nesse sentido afirma Brito (2009):

O centro pode ser entendido como local da apropriação no intuito da dominação do espaço como mercadoria, na dinâmica econômica estabelecida por uma relação entre a mercadoria e o consumidor, direcionando o processo para a lógica a (re) produção

do capital, onde as atividades se desenvolvem e os espaços se (re) produzem. Nesta lógica, a apropriação permeia pelo valor de uso dos espaços através das relações entre os atores envolvidos no processo de construção urbana e pelo valor de troca, a partir de compra e venda dos espaços. (BRITO, 2009, p.4-5).

Palmas é uma cidade, porém não mantém relações cotidianas em seu entorno como, por exemplo, o ir e vir das pessoas, a conversa, a relação entre vizinhos. Praticamente não se ver “crianças brincando na rua”, o que nos faz perceber que ela é uma cidade planejada para atender ao comércio e às indústrias, às necessidades do “capital”, utilizando, para tais fins, a mão-de-obra da população, em um sistema em que as pessoas somente vão de “casa para o trabalho e do trabalho para casa”, caracterizando, pois, relações meramente capitalistas. Visto que é assim, é de suma importância discorrer a respeito de alguns conceitos tais como: cidade, urbano e espaço urbano, para se ter uma melhor compreensão da construção da capital Palmas.

Segundo Carlos (2007), a cidade é um conjunto de fatores sociais, culturais e as relações nela existentes. A cidade não é somente um modo de viver e pensar, pois nela existem vários outros interesses de consumo, lazer e, principalmente, interesses políticos e econômicos. Ocorre desse modo, no espaço citado, uma gama de relações, tanto boas como ruins, que configuram e transformam o espaço urbano. A cidade também é um palco de lutas de classes, movimentos sociais e reivindicações, em que as pessoas buscam melhoria de vida e a garantia dos seus direitos.

Observa-se que na cidade existe uma apropriação do território, dado que os sujeitos utilizam o solo para morar e viver, onde constroem suas casas. É nesse local que há extração da mais-valia, pois a cidade representa um trabalho materializado, ao mesmo tempo em que também uma determinada forma de produção e reprodução de um sistema específico, pois:

A cidade é um modo de pensar, mas também sentir. O modo de vida urbano produz ideias, comportamentos, valores, conhecimentos, formas de lazer, e também uma cultura. [...]. A cidade aparece como materialidade, produto do processo de trabalhado, de sua divisão técnica, mas também da divisão social. É materialização de relações da história dos homens, normatizadas por ideologias; é forma de pensar, sentir, consumir, é modo de vida, de uma vida contraditória. (CARLOS, 2007, p. 26).

Já na concepção de Sousa (2008), a cidade representa um complexo de vários fatores e não existe uma definição e uma compreensão rígida do que ela seja. O autor coloca que a cidade tem várias maneiras e definições, e cada autor tem a sua maneira de compreender o que venha a ser uma cidade. Para ele, “a cidade é um objeto muito complexo e, por isso mesmo, muito difícil de definir”. (SOUSA, 2008, p. 24).

No que se refere ao espaço urbano, Carlos (2007) diz que ele é uma junção e acúmulo histórico, é o movimento de produção em suas várias detenções presas a uma totalidade ampla, o capital que amplia o espaço através de suas indústrias e seus desdobramentos a instituições, às favelas, às pessoas em todo espaço. A autora fala que a prática urbana ganha sentido na produção e reprodução das relações sociais, que são mutáveis e se transformam periodicamente. Isso ocorre principalmente com os interesses de acumulação, crescimento cada vez maior do capital.

De acordo com Corrêa (1989), o espaço urbano é constituído por diversas áreas: industrial, comercial, residencial, entre outras, em que todas se relacionam umas com as outras, mesmo que de maneiras diferenciadas. No espaço urbano há diversas formas de relações, como o ir e vir da cidade, o convívio com os vizinhos, a própria relação cotidiana e, também, relações do capital, nas quais envolve circulações de decisões e investimento do capital, mais-valia, salário, lucro e juros, essas são práticas sociais da própria sociedade. No entanto, no espaço urbano de Palmas não se vê as relações cotidianas, como, por exemplo, as pessoas conversando entre si e o convívio entre vizinhos, uma vez que Palmas é uma cidade criada para atender ao mercado econômico.

Considerações Finais

Constata-se através desta pesquisa que a luta e os interesses geopolíticos na separação do Norte Goiano sempre se fizeram presentes e constantes na busca pela criação do mais novo Estado da Federação Brasileira, o Tocantins. Interesses que se focalizam desde em seus recursos minerais, como o ouro, até a construção da BR-153. Nesse último caso, visando povoar a região norte, o influenciou significativamente no surgimento de algumas cidades tocantinenses. É importante observar a participação da CENOG, da CONORTE e da UDR na luta constante pela criação do Tocantins, empenho para o qual o principal discurso utilizado

pela UDR foi “o povo sofrido e isolado do norte”, quando, na realidade, os interesses eram totalmente diferentes.

É de suma importância analisar o discurso utilizado para se criar a capital do Tocantins, Palmas, uma vez que se preferiu uma cidade para tanto quando, de fato, havia três cidades que poderiam ter se tornado a capital do Tocantins. Percebe-se que criaram uma cidade para atender ao mercado econômico e, ‘apesar de Palmas ser uma cidade, esta não mantém relações cotidianas, as pessoas vão de casa para o trabalho e do trabalho para casa’.

É importante observar e analisar o contexto histórico-geográfico que ocorreu no antigo Norte Goiano, atual Estado do Tocantins, desde o povoamento, passando pela luta de um povo, aprovação do projeto na assembleia constituinte até a construção da capital, analisando o real interesse político econômico e as “tramas” no discurso e na criação deste mais novo Estado da Federação Brasileira.

Referências Bibliográficas

ANDRADE, Manuel Correa de. **Geopolítica do Brasil**. Campinas-SP: Papyrus. 2001. p. 7-13.

BARBOSA, Ycarim Melgaço. **As políticas territoriais e a criação do estado do Tocantins**. 1999. Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 1999.

BRITO, Eliseu Pereira. **O papel de Palmas - TO na rede de integração regional**. 2009. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal Grande Dourados, 2009.

_____. Do Canteiro de obras à cidade consolidada. Uma leitura sobre a formação do centro urbano de Palmas - Tocantins - e seu papel na rede urbana. In: **Anais do X Simpúb**. Brasília: UNB, 2009.

_____. Planejamento, Especulação imobiliária e ocupação fragmentada em Palmas. In _____. **Caminhos de Geografia**. Revista on-line. Vol. 11, n. 34. Uberlândia: Instituto de Geografia, UFU, 2010.

_____. Planejamento, especulação imobiliária e ocupação fragmentada em Palmas. In: **Caminhos da Geografia**. Revista on-line. Uberlândia: UFU, 2010.

CARLOS, Ana Fani A. **O espaço Urbano: novos escritos sobre a cidade**. São Paulo: Contexto, 2004. p. 20-40.

CAVALCANTE, Maria do Espírito Santo Rosa. **O discurso autonomista do Tocantins.**

Goiânia: Edusp. 2003, p. 103-126.

PARENTE, Temis Gomes. Ouro como fonte de atraso. In:_____ GIRALDIN, Odair. **A (Trans) Formação Histórica do Tocantins.** Goiânia: UFG. Palmas: Unitins, 2002. p 171-182.

SANTOS, Jocyleia Santana dos. A CENOG no discurso dos seus integrantes. In:_____ GIRALDIN, Odair. **A (Trans) Formação Histórica do Tocantins.** Goiânia: UFG: Palmas: Unitins, 2002. p 89-105.

SILVA, Otávio Barros da. **Breve história do Tocantins e de sua gente:** Uma luta secular. Araguaína: Federação das Indústrias do Estado do Tocantins Brasília: Solos editores. 1996, p. 245.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **ABC do desenvolvimento urbano.** 4 ed., Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

SOUZA, Sonia Maria de. A Belém - Brasília: abrindo fronteiras no Norte Goiano (atual Tocantins) - 1958-1975. In:_____ GIRALDIN, Odair. **A (Trans) Formação Histórica do Tocantins.** Goiânia: UFG. Palmas: Unitins, 2002. p 351-394.